

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Nome da Unidade Jurisdicionada (UJ): Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e
Arquivo Público da Bahia - FPC**

Natureza jurídica: Fundação Pública de Direito Público Estadual

Exercício da Prestação de Contas: 2018

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE QUADROS.....	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	7
1.1 Identificação.....	7
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	7
1.3 Informações gerais.....	7
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	22
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	22
3 ÁREA OPERACIONAL.....	26
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s).....	26
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	44
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	44
4.2 Área patrimonial.....	48
5 ÁREA DE PESSOAL.....	52
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	52
6 CONTROLE INTERNO.....	54
7 CONTROLE EXTERNO.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
AFM	Autorização de Fornecimento de Material
APEB	Arquivo Público da Bahia
APS	Autorização de Prestação de Serviço
ASTEC	Assessoria Técnica
BAT	Biblioteca Anísio Teixeira
BVCP	Biblioteca Virtual Consuelo Pondé
CMB	Centro de Memória da Bahia
COPEL	Comissão Permanente de Licitação
DAOF	Diretoria Administrativa, Orçamentária e Financeira
DG	Diretoria Geral
DIARQ	Diretoria de Arquivos
DIBIP	Diretoria de Bibliotecas Públicas
DLL	Diretoria do Livro e da Leitura
DRH	Diretoria de Recursos Humanos
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
FPC	Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia
GERAD	Gerência Administrativa
GESB	Gerência do Sistema de Bibliotecas
IAT	Instituto Anísio Teixeira
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MINC	Ministério da Cultura
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
PPA	Plano Plurianual
PROJUR	Procuradoria Jurídica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
RM	Requisição de Material
RS	Requisição de Serviço
SAEB	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SIAP	Sistema de Administração de Patrimônio
SIMPAS	Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços
SIRH	Sistema Informatizado de Recursos Humanos
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
UJ	Unidade Jurisdicionada
CCA	Coordenação de Controle e Acompanhamento
CCI	Coordenação de Controle Interno

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	22
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	22
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	23
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	23
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	23
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	24
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	25
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	25
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	44
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	45
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	45
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	45
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	45
TABELA 14	Convênios de captação	46
TABELA 15	Convênios de repasse.....	47
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	47
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	50
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	50
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação.....	52
TABELA 20	Cargos comissionados.....	52
TABELA 21	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	10
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ	12
QUADRO 3	Ações desenvolvidas por unidades informais	21
QUADRO 4	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s)	28
QUADRO 5	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s)	29
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ	32
QUADRO 7	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.....	30
QUADRO 8	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	31
QUADRO 9	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.....	34
QUADRO 10	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	38
QUADRO 11	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	40
QUADRO 12	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	40
QUADRO 13	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	41
QUADRO 14	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	44
QUADRO 15	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	44
QUADRO 16	Movimentação de pessoal no exercício.....	46
QUADRO 17	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	47
QUADRO 18	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	48
QUADRO 19	Recomendações dos demais órgãos de controle	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Estrutura Funcional do Regimento	11
GRÁFICO 2	Estrutura Funcional em Exercício	12

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia / FPC

Poder: Executivo

CNPJ: 13.341.961/0001 - 01

1.2 INFORMAÇÕES DO DIRIGENTE MÁXIMO

Nome: Edvaldo Mendes de Araújo

Período de gestão: 27/02/2015 a 31/12/2017

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

A Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC, foi instituída por autorização da Lei nº 4.662, de 29 de abril de 1986, vinculada à Secretaria da Cultura e Turismo, conforme o disposto na Lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995, reorganizada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 8.890 de 05 de dezembro de 2003 e com personalidade jurídica de direito público, nos termos da Lei nº 9.582 de 12 de julho de 2005, dotada de autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Salvador, jurisdição em todo o Estado da Bahia e prazo indeterminado de duração e modificada pela Lei nº. 12.212, de 04 de maio de 2011, reger-se-á por seu Estatuto e Regimento, pelas normas regulamentares que adotar e demais disposições legais pertinentes.

A FPC tem por finalidade recolher, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, proveniente de arquivos públicos e privados, que evidencie a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e judiciária da Bahia e estimular e promover as atividades relacionadas com bibliotecas, organizando, atualizando e difundindo seus acervos.

Competências da FPC:

- receber e conservar, sob classificação sistemática, os documentos pertencentes aos arquivos pessoais, empresariais, institucionais e provenientes de órgãos públicos, doados ou adquiridos;
- estabelecer a política estadual de arquivos, e de bibliotecas públicas;
- localizar arquivos privados relativos à Bahia, visando obter seu recolhimento à FPC;
- promover a restauração de documentos pertencentes ao acervo da Fundação Pedro Calmon;
- realizar pesquisas apoiadas no acervo documental da FPC;
- produzir fontes de história sempre visando a enriquecer o acervo da FPC;
- promover a divulgação de pesquisas e trabalhos realizados na Fundação Pedro Calmon;
- produzir catálogos do acervo existente na FPC e outros de natureza similar localizados em outros órgãos, entidades, instituições ou empresas;

- promover intercâmbio e articulação com órgãos públicos, privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais, objetivando o cumprimento da finalidade da FPC;
- promover seminários, cursos, palestras, exposições e outros tipos de atividades em torno da História da Bahia;
- participar de iniciativas destinadas a amparar e divulgar a cultura e a arte, em suas diversas faces, sem prejuízo de suas funções específicas;
- guardar e conservar os objetos que constituem o “Memorial dos Governadores”, conforme disposto no art. 14 da Lei nº 4.662, de 29 de abril de 1986;
- difundir, como órgão central do sistema de arquivos, entre os organismos públicos e a sociedade em geral, a importância da preservação da memória da Bahia;
- proceder à classificação, catalogação e preservação do acervo documental através de modernas técnicas e recursos arquivísticos e biblioteconômicos;
- promover os meios necessários à facilitação do acesso de pesquisadores e da comunidade em geral ao acervo documental sob sua guarda;
- supervisionar os trabalhos de seleção e avaliação dos documentos nos arquivos correntes dos três Poderes do Estado, de acordo com as normas técnicas arquivísticas;
- viabilizar a transferência para o arquivo intermediário dos documentos produzidos pelos organismos públicos, de conformidade com a legislação vigente;
- assistir tecnicamente os arquivos existentes nos órgãos e entidades das administrações direta e indireta do Estado, promovendo a sua coordenação e supervisão com vistas a integrá-los ao sistema pertinente da FPC;
- assistir tecnicamente as bibliotecas públicas estaduais e municipais, promovendo a sua coordenação e supervisão com vistas a integrá-las ao sistema pertinente à FPC;
- prestar assessoria técnica às bibliotecas públicas integrantes do sistema, capacitar recursos humanos em conformidade com as necessidades locais, incentivar a conservação, preservação e disseminação da memória cultural dos municípios do Estado da Bahia;
- desenvolver ações e atividades compatíveis com a sua finalidade ou que lhe forem atribuídas em lei.

Para a consecução de sua finalidade, a FPC poderá:

- celebrar convênios, contratos, acordos e ajustes com instituições públicas, privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- contrair empréstimos e financiamentos junto a instituições públicas e privadas;
- gerir fundos, subcontas e aplicar recursos relativos ao desenvolvimento de suas atividades.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
Lei nº 4.662, de 29 de abril de 1986	Criação da FPC
Lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995	Vincula a FPC a SECULT
Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002	Reestrutura a FPC
Lei nº 8.890 de 05 de dezembro de 2003	Altera a estrutura da FPC
Lei nº 9.582 de 12 de julho de 2005	Atribui Personalidade Jurídica de Direito Público a FPC
Lei nº. 12.212, de 04 de maio de 2011	Altera a estrutura da FPC
Decreto nº. 9.757 de 2006	Regimento FPC

Fonte: DOE / Bahia

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional

Em consonância com o Decreto nº 9.757, de 17 de janeiro de 2006, o qual aprova o Regimento da FPC, tem a seguinte estrutura básica: Conselho Curador, Diretoria Geral (que compreende o Gabinete do Diretor, Assessoria Técnica, Procuradoria Jurídica, Diretoria de Arquivo (Arquivo Público e Centro de Memória da Bahia), Diretoria de Bibliotecas Públicas (Gerência do Sistema de Bibliotecas, Gerência Técnica, Gerência de Promoção e Difusão do Livro e da Leitura, 08(oito) bibliotecas públicas estaduais e um memorial), Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças (Gerência Administrativa, Gerência Financeira, Coordenação de Orçamento e de Controle e Acompanhamento).

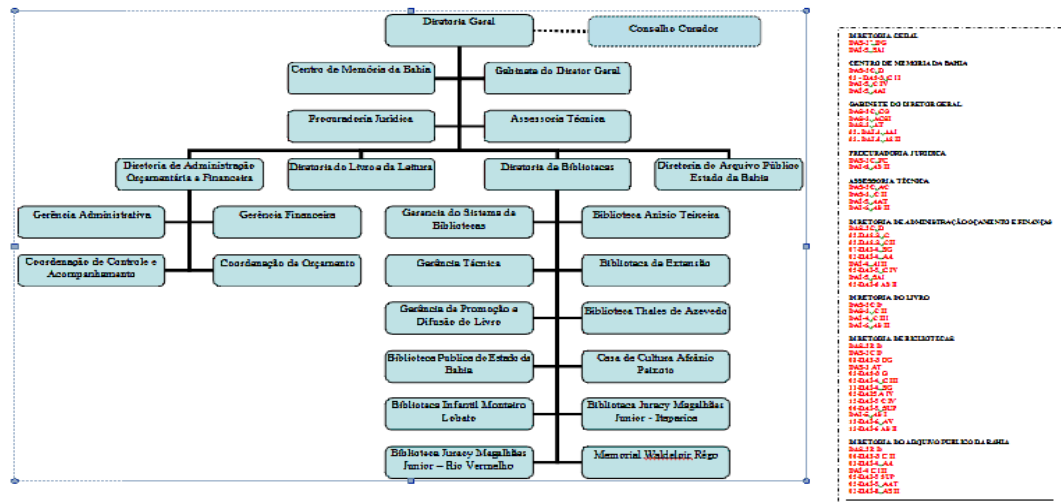
Por meio da Lei 12.212, de 04 de maio de 2011, houve modificação na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual no âmbito da FPC, com a criação das seguintes Unidades: Centro de Memória da Bahia, Diretoria do Livro e da Leitura e a Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia.

No organograma vigente da FPC (Organograma 2) existem setores de fato, porém não de direito, os quais foram instituídos com vistas a uma melhor estruturação funcional, a saber:

- Assessoria de Comunicação, Assessoria da Diretoria Geral e Comissão Permanente de Licitação que se reportam à Diretoria Geral;
- Núcleo de Tecnologia da Informação, Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Arquitetura e Manutenção que se reportam à Diretoria Administrativa, Orçamentária e Financeira;
- Biblioteca Virtual 2 de Julho que se reporta à Diretoria de Bibliotecas Públicas. Em julho de 2015, a Biblioteca Virtual 2 de Julho recebeu a denominação de Biblioteca Virtual Consuelo Ponde de Sena.
- A Casa Afrânio Peixoto passou a se reportar ao Centro de Memória da Bahia saindo da Diretoria de Bibliotecas Públicas.

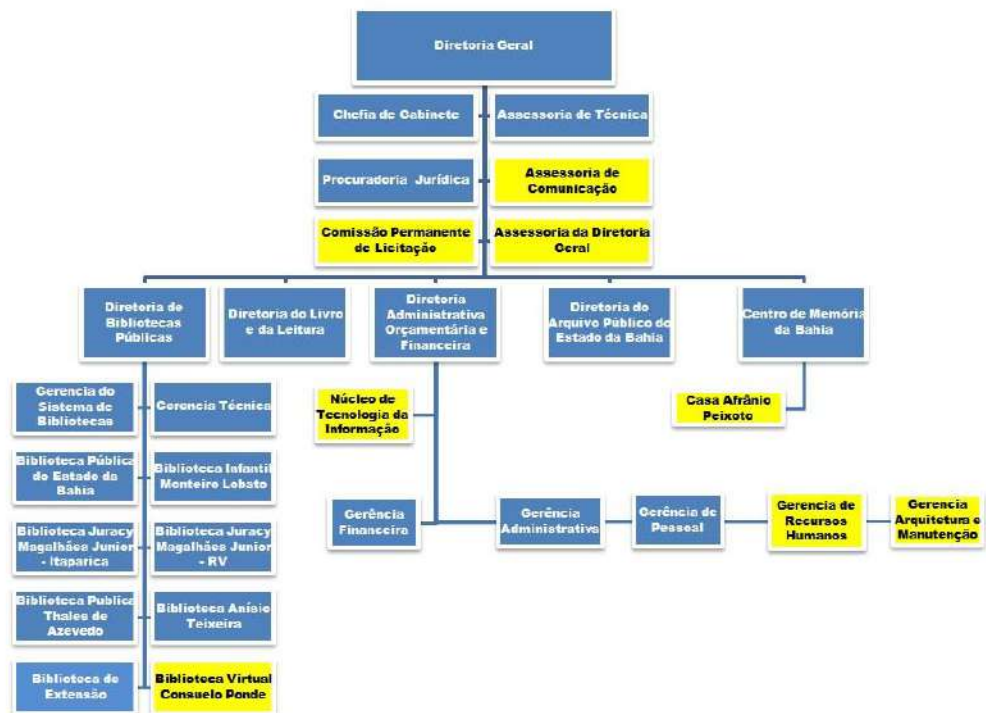
ORGANOGRAMA 1 – Estrutura Funcional do Regimento

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON - ORGANOGRAMA



- **ORGANOGRAMA 2 – Estrutura Funcional em Exercício**

Fundação Pedro Calmon - Organograma



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

Em conformidade com o texto do Regimento (Decreto nº 9.575) e as mudanças decorrentes da lei nº. 12.212, de 04 de maio de 2011, a FPC exerce suas atividades por meio das seguintes unidades:

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

Nome da Unidade	Finalidade	Principais Competências
Conselho Curador	Não consta no Regimento Interno	-aprovar as políticas e diretrizes da Fundação Pedro Calmon, bem como a programação anual de suas atividades; -examinar e aprovar as propostas orçamentárias plurianual e anual, os orçamentos sintéticos e analíticos e suas modificações e as solicitações de créditos adicionais; -autorizar a aquisição, a alienação e gravame de bens imóveis da FPC, obedecida as exigências da legislação pertinente; -autorizar a celebração de contratos, convênios, acordos e ajustes que envolvam, direta e indiretamente, o comprometimento de bens patrimoniais da FPC; -aprovar o Quadro de Pessoal da FPC, o Plano de Cargos e Vencimentos e suas alterações; - aprovar e autorizar propostas de operação de crédito e financiamento; - verificar a regularidade dos atos da gestão financeira e patrimonial da FPC; -examinar e aprovar o Regimento da Fundação Pedro Calmon e suas eventuais alterações; -deliberar sobre alterações do Estatuto pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros; -deliberar sobre doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

		-opinar sobre questões propostas pelo Diretor Geral; -julgar os recursos interpostos contra os atos do Diretor Geral; -dirimir dúvidas decorrentes das interpretações ou omissões do Estatuto.
--	--	---

Diretoria Geral - DG	Não consta no Regimento Interno	-cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável à FPC, bem como as deliberações do Conselho Curador; -dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades técnicas e administrativas da FPC; -elaborar e submeter ao Conselho Curador, anualmente, a programação de trabalho, a proposta orçamentária e o relatório de atividades da FPC; -movimentar os recursos financeiros da FPC, na forma da legislação específica; -promover a articulação da FPC com órgãos e entidades das administrações federal, estadual e municipal, objetivando maior integração das suas atividades; -promover a elaboração e criação de instrumentos adequados ao cumprimento e ao desenvolvimento das atividades da FPC, inclusive os de natureza complementar aos tradicionalmente desenvolvidos nas áreas de documentação e pesquisa; -articular-se com instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ampliar as atividades da FPC; -desenvolver ações que permitam à FPC participar de iniciativas destinadas a amparar e divulgar a cultura, a arte, a história e a memória da Bahia; -estruturar programas de história que complementem dados provenientes de documentação recolhida; -promover a obtenção de cópias, dados e referências dos arquivos públicos e privados da Bahia, localizados em outras instituições, ou recolhê-los, se possível; -promover projetos de pesquisa apoiados no acervo da FPC; -promover a divulgação dos trabalhos produzidos na FPC, em articulação com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB; -promover a elaboração e execução de projetos especiais que visem resgatar a memória sócio-política das principais regiões da Bahia; -promover a coleta, classificação,
----------------------	---------------------------------	--

		catalogação, guarda e conservação e exposição dos objetos constitutivos do “Memorial dos Governadores”; -estimular a promoção de relações comunitárias em proveito dos objetivos e programas da FPC; -celebrar convênios e outros instrumentos de cooperação científica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, objetivando o cumprimento das finalidades da FPC; -requisitar aos órgãos e entidades da administração pública estadual servidores especializados, destinados à execução de programas e serviços da FPC; -prestar contas de sua gestão financeira ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação específica.
Gabinete do Diretor	orientar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades do Gabinete.	-assistir o Diretor Geral em sua representação social e política e contatos com o público e organismos do Governo; -coordenar o fluxo de informações e as relações de interesse da FPC; -assistir o Diretor Geral no despacho do expediente; -auxiliar o Diretor Geral no exame e encaminhamento dos assuntos de sua atribuição; -assessorar o Diretor Geral na elaboração do relatório anual da Fundação; -auxiliar o Diretor Geral no planejamento e coordenação das atividades da Fundação; -coordenar e desenvolver as atividades na área de comunicação social bem como orientar quanto às publicações produzidas na Fundação; -produzir matérias para difusão oral, ou qualquer veículo de comunicação de acontecimentos ou informativos de interesse da Fundação; -elaborar registros fotográficos e cinematográficos de fatos e assuntos do interesse da Fundação;
Assessoria Técnica - ASTEC	desempenhar atividades do planejamento estratégico e de avaliação, estudos e análises .	-coordenar a elaboração do plano plurianual em articulação com a Diretoria Geral da SCT, bem como as atividades da programação anual, compatibilizando-as

		com a proposta orçamentária do exercício; -prestar assessoramento na formulação de políticas, diretrizes e na definição de prioridades da FPC; -coordenar a elaboração do plano de trabalho da FPC; -assessorar o Diretor Geral na concepção dos planos, programas e projetos; -assessorar o Diretor Geral na celebração de convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; -realizar estudos, pesquisas e análises para subsidiar os programas e projetos a serem implementados; -exercer a supervisão, o acompanhamento e a avaliação dos planos, programas, projetos e atividades em execução na FPC; -identificar agências e fontes de financiamentos para a captação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento e implantação de programas e projetos da FPC; -coordenar a elaboração de relatórios da FPC; -coordenar o processo de avaliação da dinâmica da FPC e da eficácia de suas ações; -participar juntamente, com o Gabinete do Diretor, dos programas de desenvolvimento de recursos humanos.
Procuradoria Jurídica - PROJUR	exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico da Fundação, mediante vinculação técnica à Procuradoria Geral do Estado, e de acordo com a legislação das Procuradorias Jurídicas das Autarquias e Fundações do Estado da Bahia.	-emitir parecer sobre questões jurídicas que lhes sejam submetidas pelo dirigente da entidade; -sugerir ao dirigente da respectiva entidade, providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público, ou por necessidade da boa aplicação das leis vigentes; -representar a FPC nas causas em que esta figurar como autora, ré, assistente ou interveniente, podendo, quando autorizada pelo Conselho Curador, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, conciliar, desistir, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, ouvida, previamente, a Procuradoria Geral do Estado;

		-promover a expropriação judicial ou amigável, quando lhe for expressamente cometida, de bens declarados de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social; -coligir elementos de fato e de direito e elaborar, em regime de urgência, as informações que devem ser prestadas em mandatos de segurança, pelo dirigente ou outro agente público da FPC, que figure como autoridade coatora; -postular a suspensão da eficácia de decisão liminar proferida em mandatos de segurança e em medidas cautelares, bem como a de sentença proferida nos feitos dessa natureza; -interpor e contra-arrazoar recursos nos processos de interesse da FPC, acompanhando-os na instância superior; -sugerir à Procuradoria Geral do Estado, conforme o caso, o ajuizamento de ação direta ou a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal; -propor ao Diretor Geral que declare a nulidade de atos administrativos internos; -promover ação civil pública, na forma e para fins previstos em lei; -oficiar em todos os processos de alienação, cessão, concessão, permissão ou autorização de uso de bens móveis e imóveis do FPC; -solicitar a qualquer órgão ou entidade dos Poderes do Estado documentos, certidões, diligências e esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções.
Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças - DAOF	executar as atividades orçamentária, financeira, contábil, de modernização, administrativa, informática e de administração geral.	-controlar e acompanhar a execução de convênios, acordos, contratos e outros atos similares, mediante relatórios mensais da posição financeira de cada um deles, tendo em vista as suas finalidades e os prazos de vencimento; -orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas a convênio, acordos, contratos e outros atos similares; -receber e controlar valores de terceiros, dados em caução, como também provenientes de convênios;

		-propor, implantar e acompanhar ações de modernização administrativa no âmbito da Fundação; -articular-se, permanentemente, com a Secretaria da Administração - SAEB e a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB, visando o cumprimento das diretrizes públicas em modernização e informática; -assessorar e orientar tecnicamente as unidades da Fundação em assuntos de racionalização de práticas administrativas e estruturas organizacionais, automação de informações e avaliação institucional; -propor e promover o desenvolvimento e manutenção de sistemas de processamento de dados, bem como a guarda da sua documentação; -gerenciar os recursos de "hardware" e de "software", existentes na Fundação; -elaborar e acompanhar a implantação de atos regulamentares de organização e funcionamento de sistemas e práticas; -acompanhar, supervisionar e avaliar os serviços de modernização e de informática contratados pela Fundação; -articular-se com o órgão setorial de modernização da SCT; -analisar e emitir parecer sobre aquisição de equipamentos e serviços de informática.
Centro de Memória da Bahia - CMB	exercer a coordenação e supervisão geral dos acervos documentais para subsidiar a realização de pesquisas e estudos na área da história política e administrativa da Bahia.	-dirigir, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Centro de Memória da Bahia; -formular as políticas e diretrizes básicas do Centro de Memória da Bahia, a programação anual, assim como fixar as suas prioridades; -localizar arquivos privados relativos à Bahia, visando obter seu recolhimento ao Centro de Memória da Bahia; -promover os meios necessários à implantação e implementação dos serviços de informatização do acervo documental do Centro de Memória da Bahia; -coordenar a supervisão dos serviços de preservação e promover a restauração documental, visando assegurar que as

		técnicas de restauração e microfilmagem não comprometam o valor histórico e probatório dos documentos; -organizar e manter organizado o cadastro do acervo do “Memorial dos Governadores”, objetivando o controle, preservação e divulgação; -desenvolver pesquisas de apoio à documentação, exposição, atualização e conservação do acervo do “Memorial dos Governadores”; prestar orientação técnica, quando solicitada, para a organização de exposições temporárias; -promover e estimular exposições e atividades educativas a partir das coleções existentes no “Memorial dos Governadores”; -promover o intercâmbio com outras áreas da museologia, buscando a integração com a comunidade; -elaborar projetos com o intuito de preservar e divulgar a memória histórica baiana, bem como organizar eventos que divulguem a história da Bahia.
Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB	planejar, coordenar, promover, acompanhar, avaliar e apoiar as ações pertinentes ao processo de preservação de documentos de valor histórico e cultural do Estado da Bahia.	-estimular o desenvolvimento de projetos de estudo e pesquisa na área história política e administrativa da Bahia, difundindo-a nacional e internacionalmente; -cumprir e fazer cumprir as normas referentes à coleta, higienização, classificação, avaliação, tombamento, guarda e empréstimo de documentos de valor histórico e cultural; -promover a realização de diagnóstico e recomendar tratamento para restauração das obras artísticas pertencentes ao Arquivo Público; -promover mecanismos de conscientização do valor e significados da preservação documental; -indicar ao Diretor Geral a necessidade de celebração de convênios, acordos de cooperação técnica ou financeira com instituições e/ou entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais, objetivando o desenvolvimento de projetos direcionados para a preservação da memória histórico-documental baiana;

		-articular-se com órgãos ou entidades para execução dos programas e projetos desenvolvidos pela Diretoria de Arquivos; -articular-se com as Prefeituras Municipais, visando incentivar a criação de Arquivos Públicos; -coordenar e supervisionar o programa de instalação e implementação de arquivos públicos nos Municípios Baianos; -promover os meios necessários à implantação e implementação dos serviços de informatização do acervo documental do APEB; -promover a dinamização dos espaços vinculados à Diretoria de Arquivos, realizando eventos voltados para a difusão da memória histórico-documental, buscando a integração com a comunidade.
Diretoria de Bibliotecas Públicas – DIBIP	planejar, promover, acompanhar, coordenar e avaliar as ações culturais do Sistema de Bibliotecas, garantindo o acesso de informação geral à comunidade e estimular a prática da leitura como instrumento para o exercício da cidadania e participação social.	-assegurar a preservação do patrimônio cultural da DIBIP; -promover, junto à Diretoria Geral a recuperação e manutenção dos espaços culturais integrantes de sua Diretoria; -estimular e promover atividades relacionadas com bibliotecas, organizando, atualizando e difundindo seus acervos; -propor diretrizes, compatibilizar programas e atualidades relativas ao desenvolvimento das bibliotecas integrantes do Sistema; -realizar estudos e pesquisas nas comunidades, sob orientação da DIBIP, para a ampliação, reativação e implantação de novas unidades, em articulação com as prefeituras e grupos comunitários organizados; -elaborar, implementar e acompanhar o programa de ação das bibliotecas; -promover o desenvolvimento dos recursos humanos das bibliotecas integrantes do Sistema; -organizar e manter atualizado o cadastro das bibliotecas municipais e estaduais; -orientar e estimular bibliotecas públicas municipais e comunitárias, integrantes do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia, através da assistência técnica, da elaboração de planos, programas e

		projetos de criação, ampliação e atualização do acervo; -acompanhar o planejamento da programação cultural das bibliotecas públicas estaduais; - prestar assessoramento para execução de eventos culturais; -organizar e manter atualizados o calendário cultural, o banco de sugestões, cadastro de pessoas físicas e de entidades convidadas a participar de eventos culturais.
Diretoria do Livro e da Leitura - DLL	planejar, coordenar, avaliar e apoiar programas e ações relacionadas ao desenvolvimento da leitura, da produção literária e da cadeia produtiva do livro, no âmbito do Estado da Bahia, bem como incentivar estas ações.	realizar ações como foco nas políticas e práticas para promoção do hábito leitor e democratização do acesso ao livro, tendo como base o texto do Plano Estadual do Livro e Leitura (PELL), elaborado pela Coordenação Executiva do Conselho Deliberativo do PELL, nos três eixos de ação (Democratização de acesso ao livro, Valorização da leitura como prática social e o Desenvolvimento da economia do livro), propostos pelo PELL-Ba.

Fonte: Decreto nº. 9.757/2006 - Regimento FPC / Lei nº 12.212/2011

QUADRO 3 – Ações desenvolvidas por unidades informais

Nome da unidade	Ações
Assessoria de Comunicação	coordenar e desenvolver as atividades na área de comunicação social bem como orientar quanto às publicações produzidas na Fundação; produzir matérias para difusão oral, ou qualquer veículo de comunicação de acontecimentos ou informativos de interesse da Fundação; elaborar registros fotográficos e cinematográficos de fatos e assuntos do interesse da Fundação;
Assessoria da Diretoria Geral	as atividades da assessoria estão diretamente ligadas a ações específicas e/ou projetos especiais articulados pela diretoria geral. Nos últimos dois anos as ações estiveram bastante voltadas para debates temáticos desenvolvidos pela instituição na perspectiva de promover o dinamismo temático das pautas institucionais, como também, promover mais os espaços de diálogos para a sociedade baiana;
Comissão Permanente de Licitação	coordenar e realizar processos licitatórios (pregão presencial, eletrônico, concorrência, tomada de preço, carta convite e dispensa emergencial) desde a elaboração do edital à homologação do processo licitatório;
Núcleo de Tecnologia da Informação	administrar a infraestrutura de rede, monitoramento, dos servidores; atendimento ao usuário: cadastro de computadores na rede para liberação de acesso à internet; suporte técnico via telefone ou in loco, instalação, suporte e manutenção, no NTI ou in loco, do parque computacional, ou seja, formatação do computador e instalação de softwares, instalação e configuração de hardwares e periféricos, fornecimento de suprimentos de informática;
Gerencia de Recursos Humanos	planejar, organizar e executar programas de capacitação de pessoal, de valorização do servidor; contratação e acompanhamentos dos servidores cargo comissionado, REDA e estagiários; elaboração e acompanhamento de processos de Contratação, Prorrogação e Recontração REDA; planejar, organizar e, quando for o caso, executar seleção de servidores REDA; instrução de processos de enquadramento de classe, alteração de jornada de trabalho e adicional de insalubridade; contratação, acompanhamento e desligamento de estagiários; solicitação de contratação e desligamento de funcionários terceirizados; atendimento aos servidores em geral para tratar de assuntos diversos;
Gerencia de Arquitetura e Manutenção	projetos de reformas das unidades da Fundação Pedro Calmon; arquitetura de interiores; acompanhamento e fiscalização das obras; elaboração de especificações dos materiais e planilha de custos para obras; elaboração de projetos de novo layout para as unidades; supervisão no serviço prediais, rede elétrica, hidráulicos e de construção, necessários para manutenção dos imóveis da fundação;
Biblioteca Virtual Consuelo Pondé de Sena	tem por objetivo principal tornar acessível o conjunto de obras acerca da História da Bahia, inovando ao se posicionar como uma biblioteca multimídia, hipertextual e interativa, bem como preservando e promovendo o acesso universal a uma ampla gama de fontes historiográficas referentes à nossa história.

Fonte : Unidades informais relacionadas

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

Com a continuidade de medidas restritivas com relação ao gasto, visando o equilíbrio das contas públicas e cumprimento das metas fiscais no ano de 2018, onde ainda vigoram decretos de 2015 e 2016 que estabelecem o contingenciamento no orçamento estadual dos órgãos de valores alocados para custeio e investimento, com medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de custeio e de pessoal, restando pouco recurso para Investimento, prejudicando o desenvolvimento de Projetos / Atividades Finalísticas em sua plenitude, onde perpassa por restrição orçamentária e retenção de concessão financeira que impacta a Execução Orçamentária/Financeira.

Ainda assim obtivemos uma execução global da FPC bastante satisfatória, chegando à ordem de 97,02%, muito semelhante ao ano anterior (expurgando os recursos fruto de convênios que não foram executados por falta do aporte de crédito financeiro por parte do Ministério da Cultura – Minc, na ordem de R\$3,7 milhões). Podemos afirmar que a FPC empreendeu esforços na aplicabilidade da eficácia, eficiência e economicidade, com ações previstas no PPA 2016/2019, nas suas áreas de atuação, quais sejam, Bibliotecas, Arquivos, Memória Histórica, Livro e Leitura

TABELA 1 – Execução da receita

R\$1,00

Fonte		Previsto	Atual	Realizado
Código	Descrição			
1	Receitas Correntes - Fonte 100	-	-	346,43
1	Receitas Correntes - Fonte 213	-	-	2.670,00
7	Receitas Intraorçamentárias Correntes - Fonte 231	125.000,00	125.000,00	0,00
2	Receitas de Capital – Fonte 226	0,00	63.700,00	90.200,00
1	Receitas Correntes – Fonte 231	0,00	3.730.000,00	17.856,55
9	DEDUÇÕES CORRENTE – Fonte 231	-	-	-722,62
Total	-	125.000,00	3.918.7000,00	110.350,36

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

TABELA 2 – Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO)

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização Concedida
Código	Descrição	Inicial	Atual				
3.22.22202	Fundação Pedro Calmon	17.338.601,00	21.652.509,26	17.306.133,03	17.301.273,43	17.125.130,13	46.500,00
Total		17.338.601,00	21.652.509,26	17.306.133,03	17.301.273,43	17.125.130,13	46.500,00

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 22.202						
3.22.22202.13	Cultura	17.247.601,00	21.546.965,26	17.200.594,64	17.195.735,04	17.019.591,74
3.22.22202.28	Encargos Especiais	91.000,00	105.544,00	105.538,39	105.538,39	105.538,39
Total		17.338.601,00	21.652.509,26	17.306.133,03	17.301.273,43	17.125.130,13

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 22.202						
3.22.22202.202	Cultura e Identidades	946.601,00	4.719.317,00	846.261,44	846.261,44	846.261,44
3.22.22202.502	Ações de Apoio Administrativo	16.301.000,00	16.827.648,26	16.354.333,20	16.349.473,60	16.173.330,30
3.22.22202.900	Operação Especial	91.000,00	105.544,00	105.538,39	105.538,09	105.538,09
Total		17.338.601,00	21.652.509,26	17.306.133,02	17.301.273,43	17.125.130,13

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

Fonte: FIPLAN Gerencial Web

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$1,00

Categoria econômica/ Grupo		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 22.202						
3.22.22202.3	DESPESA CORRENTE	17.237.000,00	21.326.038,26	17.092.226,58	17.087.366,98	16.911.233,68
3.22.22202.3.1	Pessoal e Encargos Sociais	9.983.000,00	10.086.053,00	9.810.423,74	9.810.423,74	9.634.472,08
3.22.22202.3.3	Outras Despesas Correntes	7.254.000,00	11.239.455,26	7.281.802,84	7.276.943,26	7.276.751,60
3.22.22202.4	DESPESA DE	101.601,00	326.471,00	213.906,45	213.906,45	213.906,45

	CAPITAL					
3.22.22202.4. 4	Investimentos	101.601,00	326.471,00	213.906,45	213.906,45	213.906,45
Total		17.338.601,00	21.652.509,26	17.306.133,03	17.301.273,43	17.125.130,13

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 22.202						
3.22.22202.04	Contratação por Tempo Determinado	1.440.000,00	1.720.000,00	1.609.060,48	1.609.060,48	1.583.506,32
3.22.22202.05	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	15.000,00	800,00	717,08	717,08	717,08
3.22.22202.08	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	5.000,00	3.941,00	3.940,12	3.940,12	3.940,12
3.22.22202.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	6.736.000,00	6.565.200,00	6.472.696,10	6.472.696,10	6.402.661,03
3.22.22202.13	Obrigações Patronais	1.506.000,00	1.369.000,00	1.302.291,17	1.302.291,17	1.221.928,74
3.22.22202.14	Diárias Civil	35.000,00	65.502,00	64.502,00	64.502,00	64.502,00
3.22.22202.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	46.000,00	88.000,00	82.076,93	82.076,93	82.076,93
3.22.22202.30	Material de Consumo	182.000,00	211.314,00	61.734,54	61.734,54	61.734,54
3.22.22202.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportistas e Outras	0,00	13.667,00	13.666,65	13.666,65	13.666,65
3.22.22202.33	Passagens e Despesas com Locomoção	20.000,00	40.065,00	38.176,71	38.186,71	38.186,31
3.22.22202.35	Serviço de Consultoria	0,00	136.798,00	0,00	0,00	0,00
3.22.22202.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	217.000,00	368.488,76	280.827,48	280.827,48	280.827,48
3.22.22202.37	Locação de Mão de Obra	3.336.000,00	3.737.770,00	3.737.546,44	3.737.564,44	3.737.546,44
3.22.22202.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.712.000,00	4.542.910,11	1.069.222,11	1.064.362,51	1.064.170,87
3.22.22202.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	0,00	382.076,91	304.507,44	304.507,44	304.507,44

	Pessoas Jurídica					
3.22.22202.41	Contribuições	525.000,00	260.849,26	260.808,94	260.808,94	260.808,94
3.22.22202.46	Auxílio Alimentação	629.000,00	483.000,00	474.288,71	474.288,71	474.288,71
3.22.22202.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	93.000,00	94.064,96	81.845,41	81.845,41	81.845,41
3.22.22202.49	Auxílio Transporte	500.000,00	485.183,00	471.722,09	471.722,09	471.722,09
3.22.22202.52	Equipamento e Material permanente	101.601,00	321.201,00	213.906,45	213.906,45	213.906,45
3.22.22202.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	541.355,00	541.264,75	541.264,75	541.264,75
3.22.22202.93	Indenizações e Restituições	0,00	33.882,26	33.881,38	33.881,38	33.881,38
3.22.22202.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	240.000,00	187.441,00	187.440,05	187.440,05	187.440,05
Total		17.338.601,00	21.652.509,26	17.306.133,03	17.301.273,43	17.125.130,13

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizaçã o recebida
Código	Descrição				
3.22.22202.0001	Fundação Pedro Calmon	17.306.133,03	17.301.273,43	17.125.130,13	46.500,00
Total		17.306.133,03	17.301.273,43	17.125.130,13	46.500,00

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Descrição	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
0001	FPC	541.264,75	-	-	541.264,75
Total		541.264,75	-	-	541.264,75

Fonte: FGWEB – FIPLAN Gerencial Web

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.

⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.

⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.

⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL

Em razão da contenção de despesas e restrições orçamentárias e de recursos humanos, já mencionados, os resultados alcançados foram considerados significativos, tendo em vista que atividades e projetos foram otimizados, devido ao desempenho das unidades finalísticas da FPC no cenário baiano, e às parcerias firmadas com órgãos públicos da esfera municipal, estadual e federal, assim como parceria firmada com entidade não governamental. Nesse contexto, a FPC empreendeu esforços na aplicabilidade da eficácia, da eficiência e da economicidade em relação às ações previstas no PPA 2016/2019, nas suas áreas de atuação, quais sejam, Bibliotecas, Arquivos, Memória Histórica, Livros e Leitura.

Mesmo diante deste quadro, constatou-se uma execução global da FPC bastante satisfatória, garantido, ou mesmo ultrapassado a meta esperada.

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s):

Mesmo diante de um cenário de restrição orçamentária / financeira, onde se estabelece medidas de gestão das despesas, priorizando os gastos de Pessoal e Custeio, com pouco recurso para Investimento, a equipe da FPC garantiu o desenvolvimento de importantes Projetos / Atividades Finalísticas:

□ **Realizações do eventos:** “2 de Julho – Rota da Independência”; apoio técnico e financeiro à Festa Literária Internacional de Cachoeira – Flica e a Festa Literária Internacional do Pelourinho - Flipelô; apoio técnico à Feira Literária de Andaraí –Flían, à Feira do Livro de Ilhéus – FLIOS, à Feira do Livro, Festival Literário e Cultural de Feira de Santana - FLIFS; apoio a publicação de livro; VIII Encontro Baiano de Arquivos Públicos Municipais; Ciclo de Debates sobre Governança e Arquivos; Jornada Formativa da Educação Inclusiva; II Festival das Artes da Pessoa com deficiência Visual; Sextas Culturais do CAP; 220 anos da Revolta dos Búzios; Memórias Contemporâneas; O Violão e a Palavra; Oficinas de Escrita Criativa; diversas Mesa Redondas e Rodas de Conversa nacionais e internacionais.

□ **Concurso dos Escritores Escolares**, projeto coordenado pela Diretoria do Livro e Leitura e que teve como objetivo principal o estímulo ao livro, a leitura e a escrita entre os estudantes das redes públicas e privadas de ensino na Bahia, sendo responsável pela presença da Fundação nos territórios de identidade. (1.884 inscritos); 2ª edição do Prêmio Kátia Mattoso de História da Bahia; 2ª edição da Campanha Memórias de Leitura; participação da Biblioteca Móvel/Biblioteca de Extensão em atividades culturais realizadas na capital e interior; oficinas literárias e de teatro; rodas de conversa; bate-papos; rodas de leitura; aulão Hora do Enem; apresentação teatral; exposições, dentre outras.

□ **Investimento contínuo da FPC** na formação e aperfeiçoamento de seu quadro funcional, através da participação em cursos, seminários, palestras, workshop e treinamentos em sistemas, por meio de programas do governo e parcerias com instituições públicas e privadas.

□ **Celebração de convênio** com o Ministério da Cultura-MinC, com vistas ao fomento de ações de produção, difusão e preservação do conhecimento histórico, social e cultural, com recursos oriundos de emenda parlamentar, na ordem de R\$ 550 mil reais. Assim como, convênio firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, na ordem de R\$ 3 milhões de reais, com o objetivo restaurar o imóvel sede do Arquivo Público do Estado da Bahia –Apeb. Ressalta-se que não houve, ainda, a liberação dos recursos por parte dos mencionados órgãos federais para execução dos convênios firmados. Todas as celebrações seguiram o que determina a Portaria Interministerial nº. 424 de 30 de dezembro de 2016.

□ De 2015 a 2018, a FPC teve uma execução de R\$ 4.190.000,00 (quatro milhões, cento e noventa mil reais), por meio de convênios com o MinC, com destaque das Emendas Parlamentares destinadas pela Senadora Lídice da Mata que representaram quase 90% dos recursos captados e emendas estaduais. No total foram 10 projetos federais e 2 estaduais contemplados, 81 parcerias institucionais firmadas e 30 projetos por meio de Editais. Além disso, tivemos uma média anual de execução orçamentária no período, da ordem de 97%.

□ **Itinerância do Projeto Exposição acerca da vida e obra do artista Hansen Bahia** – com a Exposição Navio Negreiro, Castro Alves e Hansen Bahia e Oficinas de Xilogravuras - em 13 municípios baianos - com recursos oriundos de emenda parlamentar, fruto de convênio firmado com o MinC, na ordem de R\$100 mil reais, que se encontra em execução – de novembro de 2017 a agosto de 2018 – em atendimento a um público: 2.700 visitantes com 400 alunos capacitados nas oficinas.

□ **Realização do Curso Conversando com sua História**, contando com a participação de público presencial e online, com 20.826 acessos (virtual e presencial), entre 2015/2018.

□ **Aquisição de 09 (nove) Óculos Orcam MyEye 2.0 para o Setor Braille** -Governo do Estado da Bahia/Secult/FPC - Aquisição de 09 (nove) unidades de Óculos *Orcam MyEye 2.0* para atendimento das necessidades de pessoas com deficiência visual, déficit de atenção e dislexia. Os óculos auxiliam as pessoas cegas e com visão subnormal (baixa visão) nas tarefas diárias de leitura de livros, placas, revistas, cédulas e reconhece faces, promovendo o conforto, praticidade, segurança e autonomia das pessoas.

□ **Exposição Silvio Robatto – Sentido Figurado** – Em parceria com o Museu Palacete Rodin/IPAC foi realizada exposição retrospectiva do trabalho de Silvio Robatto, importante arquiteto, cineasta e fotógrafo baiano, cujo acervo está sob a guarda do CMB, com a curadoria de sua viúva, Lia Robatto e do diretor do museu. De 20 de dezembro de 2017 a 25 de fevereiro de 2018, em atendimento a um Público de 26.133 visitantes.

□ **Trezena da Liberdade:** projeto coordenado pela Biblioteca Virtual Consuelo Pondé de Sena e que teve como objetivo ampliar a difusão de um dos fatos históricos mais importantes do país que foi a luta pelo fim da escravidão.

3.1.1 Avaliação dos resultados dos indicadores

Foi possível perceber a diminuição no número de frequentadores de uma forma geral. No entanto, é preciso considerar a importância do atendimento presencial no balcão ofertado pelo conjunto de bibliotecas e pelos arquivos para o público soteropolitano e de Itaparica (79% do total de atendimentos presenciais). A realização de eventos foi uma alternativa utilizada pela Fundação nesse quadriênio, sobretudo pelo vetor de livro e leitura, respondendo por cerca de 20% do total de público presencial atendido, e das importantes parcerias firmadas. O público alcançado pela FPC foi por via digital foi 29%, com destaque para as ações inscritas no PPA como Consolidação do Sistema de Arquivos e Bibliotecas decorrentes do vetor Livro e Leitura, liderado pela Biblioteca Virtual Consuelo Pondé.

O número total de municípios atendidos não alcança 50% dos mesmos, em decorrência da falta de orçamento para capacitações *in loco* e promoção de grandes eventos, no entanto, foram realizadas parcerias com 196 Municípios.

QUADRO 4 – Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s)

Indicador ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2016-2019)
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa 202 – Cultura e Identidade								
Índice da frequência de público em equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado	%	100,00	2015	2.811,68	2.651,30	2.394,76	-	100,00
Proporção de municípios assistidos tecnicamente pela Secult *	%	71,94	2014	22,30	45,56	47,00	-	71,94

Fonte: Indicadores SECULT DEZ/2018

Notas:

⁽¹⁾ Indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA).

QUADRO 5 – Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ

Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa								
Programa								

Fonte: ASTEC/FPC

Notas:

(1) **NÃO SE APLICA**

(2) Ações orçamentárias com indicativo de prioridade (Referência: Relatório M&A 004/FIPLAN).

3.1.2 Avaliação dos resultados das metas dos compromissos

Novamente diante de um cenário de restrição orçamentária / financeira, com contenção de despesas, observa-se que a equipe da FPC garantiu excelente resultados. De 07 Metas previstas, 02 superou o previsto, 03 garantiu 100% da execução, 01 conquistou 70% e apenas uma não conseguiu avançar o planejamento.

No **Programa 202**, destacam-se:

- **Compromisso 3**
Meta 3
Percentual de Execução da Meta: 100%
- **Compromisso 4**
Meta 3
Percentual de Execução da Meta: 100%

Meta 35
Percentual de Execução da Meta: 70%

Em razão do Decreto nº 16.417/2015, que estabeleceu medidas de contingenciamento das despesas com gastos públicos, a Fundação Pedro Calmon - FPC não dispôs de concessão orçamentária suficiente para dar início ao processo eleitoral com vistas a regularizar o mandato dos membros do Colegiado Setorial de Arquivos e de Bibliotecas.

- **Compromisso 9**
Meta 3
Percentual de Execução da Meta: 164,29%

Foram realizadas até Dezembro de 2018, 92 Capacitações Técnicas na área de memória histórica, da leitura e do livro. Superando a previsão inicial em 64,29%, com palestras, orientações as mais diversas para profissionais das áreas e servidores de municípios. Sendo: 75 ações realizadas pela DIBIP com 135 pessoas capacitadas, a exemplo dos Treinamento do Sistema Pergamum, GETEC, Capacitação para Auxiliar de Bibliotecas Públicas, Comunitárias e Espaços de Leitura, e Rodas de Conversa - Instrumento de Avaliação, Diagnóstico e Planejamento das Bibliotecas Públicas e Estudais. Somam-se mais 05 ações da APB e 12 ações do CMB que ampliou sua atuação através de parceiras com o Instituto Goethe da Bahia. Registrando bom numero de adesão nas iniciativas, superando o numero inicial de capacitações previstas para esse ano.

Meta 4
Percentual de Execução da Meta: 138,66%

O grande número de doações de livros e acervos superaram a expectativa do planejamento inicial. Desta forma houve a superação em 38,66%.

Meta 5
Percentual de Execução da Meta: 98,62%

Prestação de 71 assistências técnicas a municípios - capital e interior - de forma presencial, por meio de visitas in loco e à distância por contato telefônico e via e-mail. Dentre as assistências técnicas prestadas houve a realização de capacitações, minicurso, treinamentos, oficinas, palestras beneficiando servidores de arquivos e bibliotecas municipais, comunitária e espaços e leitura.

No **Programa 205**, destaca-se:

- **Compromisso 5**
Meta 17
Percentual de Execução da Meta: 0,0%

Cinco comunidades identificadas e em implementação. A meta não foi concluída, porém todos os

acervos (Livros) para viabilização de implantação de Espaços de Leitura nas unidades das Bases Comunitárias de Segurança (Camaçari, Bairro da Paz, Santa Cruz, Águas Claras, Fazenda Coutos) foram entregues a todos cinco em 2018. O motivo da não efetivação da implantação dos Espaços de Leitura em tempo hábil foram as reformas dos espaços e a aquisição dos móveis (estante, mesas e cadeiras) pelos responsáveis pelas Bases que não foram concluídas. Uma delas foi inaugurada em 04.01.2019: Bairro da Paz. As demais tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2019.

QUADRO 6 – Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ

Programa: Programa 202 – Cultura e Identidade											
Compromisso: 3 - Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória, com vistas a sua sustentabilidade e o atendimento a sua função sócio-cultural.											
Meta: 3 - Ampliar a capacidade de preservação dos acervos Documentais, Iconográficos, Bibliográficos e Expográficos.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
9900 - Estado	un	3,00	-	0,00	3,00	3,00	3,00	3,00	-	3,00	-
Meta: 3 - Modernizar os Sistemas de Arquivos e Bibliotecas do Estado.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
9900 - Estado	un	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	-	2,00	-
Meta: 35 - Implantar unidades culturais voltadas para as áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
9900 - Estado	un	2,00	3,00	6,00	7,00	10,00	7,00	14,00	-	4,00	-
Compromisso: 9: Qualificar a prestação de serviços na área cultural proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade.											
Meta: 3 - Realizar capacitação de servidores da Secretaria de Cultura.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
9900 - Estado	un	10,00	24,00	40,00	41,00	56,00	92,00	72,00	-	16,00	-
Meta: 4 - Ampliar os Acervos Bibliográficos, Iconográficos, Documentais e Expográficos dos Equipamentos Culturais da Fundação Pedro Calmon.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio

5500 - Chapada Diamantina	un	5,00	7.011,00	12.000,00	42.299,00	58.299,00	80.836,00	78.299,00	-	20.000,00	-
Meta: 5 - Assistir tecnicamente equipamentos culturais.											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
9900 - Estado	un	0,00	34,00	54,00	143,00	217,00	214,00	297,00	-	80,00	-
Programa: Programa 205 - Pacto pela Vida											
Compromisso: 5 - Promover ações de proteção, promoção social e garantia de direitos, fortalecendo a cidadania e qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade, nas áreas críticas e/ou prioritárias.											
Meta: 17 - Implantar Espaços de Leitura nos Pontos de Cidadania das Bases Comunitárias de Segurança (SJDHDS)											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
9900 - Estado	un	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	20,00	-	20,00	-

Fonte: FIPLAN - M&A 100 – Demonstrativos das Metas PPA 2016-2019

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde à área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

3.1.3 Avaliação da execução dos compromissos e dos resultados das ações orçamentárias

Ações orçamentárias executadas:

-Preservação de acervo documental e bibliográfico de caráter continua do que foi executada, também, por meio de instrumentos jurídicos firmados pela FPC e outras instituições e, ainda, mediante a cessão anônima de papel japonês ao Arquivo Público do Estado da Bahia -Apeb, unidade da FPC. A meta da ação é constante;

-Modernização do Sistema de Arquivo e Biblioteca, mediante realização de ações institucionais de caráter permanente, a exemplo das campanhas de recadastramento de bibliotecas públicas municipais; cadastramento de bibliotecas comunitárias do estado da Bahia; lançamento do guia de bibliotecas comunitárias do estado da Bahia -publicação online; participação e promoção de eventos, além dos serviços e atendimentos prestados para um público composto por estudantes, pesquisadores, público em geral e visitantes;

-Funcionamento de biblioteca e arquivo público –registra-se que a ação teve sua quantidade concluída abaixo do previsto, motivada pela insuficiência de quantidade de cota mensal para atender os 10 equipamentos culturais dessa ação. Entretanto, duas outras ações do mesmo compromisso, apresentaram suas quantidades concluídas conforme o previsto, a saber: Apoio à instituição cultural e Encargos com Concessionária de Serviço Público de Unidade Finalística;

-Realização de Evento nas Áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro—as suplementações, via descentralizações, créditos suplementares, parcerias firmadas, convênios celebrados, dentre outros, possibilitaram o desenvolvimento de atividades culturais, realizadas pelas unidades finalísticas da FPC, com um quantitativo de eventos concluídos bem acima do previsto;

-Implantação de Unidade Cultural nas Áreas da Memória Histórica da Leitura e do Livro–salienta-se os esforços envidados pela Diretoria de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia -Dibip, através da Biblioteca de Extensão -Bibex, unidades a FPC, com o objetivo de atender às demandas junto aos órgãos públicos estaduais e entidades não governamentais, o que culminou na implantação de quatro espaços de leitura, superando a quantidade prevista;

-Ampliação de Acervo de Biblioteca e Arquivo Público–o aumento no quantitativo previsto na ação ocorreu, principalmente, pelas doações recebidas de instituições 30 públicas e privadas, pessoas jurídicas e pessoas físicas o que contribuiu para ampliar os acervos das bibliotecas públicas estaduais;

- Capacitação técnica nas áreas da memória histórica, da leitura e do livro - devido à qualificação dos servidores ser significativa tanto para a FPC quanto para o seu quadro funcional, além de oferecer aos usuários um atendimento de qualidade e ampliar cada vez mais o acesso ao universo da informação, do conhecimento e da convivência social, foram concluídos 51eventos para capacitação, acima do previsto, muito em função das parcerias realizadas pela FPC, assim como ministradas por seus servidores;

-Assistência técnica a equipamentos culturais -em relação à ação, ressalta-se que o expressivo quantitativo concluído ocorreu em virtude da realização de maior número de assistência técnica prestada à distância - por telefone e e-mail –presenciais e *in loco* pelas áreas finalísticas de biblioteca e arquivo. Ressalta-se que nas assistências prestadas, mobilização *in loco*, através capacitações de servidores de arquivos e bibliotecas municipais, houve parceria com prefeituras municipais, cabendo a FPC apenas o custo das diárias de seus servidores, com exceção de um município que arcou, inclusive, com hospedagem;

-Apoio à Realização de Evento Cultural- registra-se que os apoios voltados para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro a entidades jurídicas sem fins lucrativos, foram possíveis, tendo em vista as suplementações, via descentralizações, créditos suplementares e mediante apoios técnicos através de participação com palestrante da diretora do Apeb, divulgação dos eventos, apoiados, no *site*(mídias sociais)

da FPC e disponibilização de servidores para registros fotográficos dos mesmos, viabilizando a conclusão de 10 eventos;

-Elaboração de projeto e pesquisa nas áreas da memória histórica, da leitura e do livro -no que diz respeito à ação, ressalta-se que os vários projetos e pesquisas coordenados pela Biblioteca Virtual Consuelo Pondé -BVCP, unidade da FPC, especializada na História da Bahia, que inova, preserva e promove o acesso universal as fontes historiográficas do Estado, assim como, os projetos e pesquisas elaborados e coordenados pelo CMB, contribuíram para que o quantitativo concluído ocorresse acima do previsto.

QUADRO 7 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ (por unidade orçamentária)

Unidade Orçamentária (UO): Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC – 22.202	
Programa:	Código:
Compromisso⁽¹⁾:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição

Fonte:ASTEC/FPC

Notas:

(1) **NÃO SE APLICA**

(2)Ações orçamentárias com indicativo de prioridade (Referência: Relatório M&A 004/FIPLAN).

QUADRO 8 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ (por unidade orçamentária)

Unidade Orçamentária (UO): Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC – 22.202	
Programa: Cultura e Identidades	Código: 202
Compromisso⁽¹⁾: 3 - Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural - SECULT	
Iniciativas: 8 - Preservar o acervo do Centro de Memória da Bahia (SECULT/DG)	
10 - Preservar o acervo do Arquivo Público da Bahia (SECULT/DG)	
11 - Preservar o acervo das bibliotecas públicas estaduais (SECULT/DG)	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
2666	Preservação de acervo Documental e Bibliográfico
Compromisso: 4 - Promover o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vistas à sua universalização - SECULT	
Iniciativa: 7 – Consolidar os Sistemas de Arquivos e Bibliotecas do Estado	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
1297	Modernização do Sistema de Arquivo e Biblioteca (SECULT/FPC-AP)

Iniciativa: 50 – Realizar eventos nas áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro (SECULT/DG)	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7956	Realização de Eventos nas Áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro (SECULT/FPC-AP)
Iniciativa: 62 - Implantar unidades culturais voltadas para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro (SECULT/DG)	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7998	Implantação de Unidade Cultural nas Áreas da Memória Histórica da Leitura e do Livro (SECULT/FPC-AP)
Iniciativa: 64 – Assegurar o funcionamento espaços culturais (SECULT-DG)	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
2314	Apoio à Instituição Cultural (SECULT/FPC-AP)
4357	Funcionamento de Biblioteca e Arquivo Público (SECULT/FPC-AP)
4514	Encargos com Concessionária de Serviço Público de Unidade Finalística (SECULT/FPC-AP)
Iniciativa: 66 – Modernizar espaços culturais (SECULT-DG)	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7857	Requalificação de Equipamento Cultural (SECULT/FPC-AP)
Compromisso(1): 9 - Qualificar o atendimento na área cultural proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade	
Iniciativa: 4 – Realizar capacitação técnica nas áreas da memória histórica, da leitura e do livro (SECULT)	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7997	Capacitação Técnica nas áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro (SECULT/FPC-AP)
Iniciativa: 5 – Ampliar os acervos bibliográficos, iconográficos, documentais e expográficos dos equipamentos culturais da Fundação Pedro Calmon – FPC	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5902	Ampliação de Acervo de Biblioteca e Arquivo Público (SECULT/FPC-AP)
Iniciativa: 23 – Assistir tecnicamente equipamentos culturais	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7999	Assistência Técnica à Unidade Cultural nas Áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro
Compromisso(1): 10 - Ampliar o investimento em cultura consolidando e aperfeiçoando os mecanismos de financiamento com o objetivo de democratizar o acesso e contemplar diferentes expressões artístico-culturais - SECULT	
Iniciativa: 25 – Apoiar propostas voltadas	

Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7980	Apoio à Realização de Evento Cultural (SECULT-FPC)
Programa: Desenvolvimento Produtivo	
Código: 203	
Compromisso(1): 6 – Promover a economia da cultura como área estratégica de desenvolvimento - SECULT	
Iniciativa: 17 – Produzir conteúdo sobre a Cultura na Bahia - SECULT	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5798	Elaboração de Projeto e Pesquisa nas áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro – SECULT/ FPC

Fonte: SEPLAN/FIPLAN - PPA 2016-2019 – Relatório M&A 004 e 100/FIPLAN).

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ

QUADRO 9 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa

Unidade Orçamentária (UO): Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC – 22.202											
Programa: 202 - Cultura e Identidades											
Compromisso: 3 - Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2- Diretoria de Arquivos											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
2666 - Preservação de Acervo Documental e Bibliográfico	0141 - Acervo cultural restaurado	Un	1	3	0	3,00	125.000,00	297.080,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL										0,00	
Iniciativa(s): 0010 - Preservar o acervo do Arquivo Público da Bahia											
Compromisso: 4 - Promover o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vistas à sua universalização											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 Diretoria de Bibliotecas Públicas											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
1297 - Modernização do Sistema de Arquivo e Biblioteca	1915 - Sistema modernizado	Un	1	2	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iniciativa(s): 0007 Consolidar os Sistemas de Arquivos e Bibliotecas do Estado											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2 Diretoria de Arquivos											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial	Orçado atual	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)

descrição)							(R\$)	(R\$)			
2314 - Apoio à Instituição Cultural	0148 - Instituição cultural apoiada	Un	1	1	0	2,00	21.601,00	21.601,00	17.607,33	17.607,33	17.607,33
Iniciativa(s): 0064 Assegurar o funcionamento espaços culturais											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 Diretoria de Bibliotecas Públicas											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
4357 - Funcionamento de Biblioteca e Arquivo Público	0522 - Biblioteca/arquivo público em funcionamento	Un	10	10	0	10,00	20.000,00	19.810,00	19.746,00	19.746,00	19.746,00
Iniciativa(s): 0064 Assegurar o funcionamento espaços culturais											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 5 Diretoria Administrativa, Orçamentária e Financeira											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
4514 - Encargos com Concessão de Serviço Público de Unidade Finalística	1664 - Unidade finalística em funcionamento	Un	8	8	0	8,00	580.000,00	408.985,00	408.984,85	408.984,85	408.984,85
Iniciativa(s): 0064 Assegurar o funcionamento espaços culturais											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 1 Gabinete											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial	Orçado atual	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)

descrição)							(R\$)	(R\$)			
7857- Requalificação de Equipamento Cultural	1434 - Equipamento cultural requalificado	Un	1	1	0	1,00	0,00	3.339.000,00	148.500,00	148.500,00	148.500,00
Iniciativa(s): 0066 Modernizar espaços culturais											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 1 Gabinete											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
7956 - Realização de Evento nas Áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro	0513 - Evento cultural realizado	Un	20	174	0	172,00	150.000,00	625.971,00	246.282,76	246.282,76	246.282,76
Iniciativa(s): 0050 Realizar eventos nas áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 Diretoria de Bibliotecas Públicas											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
7998 - Implantação de Unidade Cultural nas Áreas da Memória Histórica da Leitura e do Livro	0395 - Unidade cultural implantada	Un	1	2	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	846.261,44										
Iniciativa(s): 0062 Implantar unidades culturais voltadas para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro											
Compromisso: 9 - Qualificar o atendimento na área cultural proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade											

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 Diretoria de Bibliotecas Públicas											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
5902 - Ampliação de Acervo de Biblioteca e Arquivo Público	1019 - Exemplar adquirido	Un	20.000	110.000	0	38.537,00	40.000,00	1.729,00	0,00	0,00	0,000,00
Iniciativa(s): 0005 Ampliar os acervos bibliográficos, iconográficos, documentais e expográficos dos equipamentos culturais da Fundação Pedro Calmon - FPC											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 1 Gabinete											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
7997 - Capacitação Técnica nas Áreas da Memória Histórica da Leitura e do Livro	1254 - Evento de capacitação realizado	Un	1	92	0	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iniciativa(s): 0004 Realizar capacitação técnica nas áreas da memória histórica, da leitura e do livro											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 Diretoria de Bibliotecas Públicas											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
7999 - Assistência Técnica à	1419 - Assistência técnica	Un	8	71	0	71,00	10.000,00	5.141,00	5.140,50	5.140,50	5.140,50

Unidade Cultural nas Áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro	prestada										
TOTAL	5.140,50										
Iniciativa(s): 0023 Assistir tecnicamente equipamentos culturais											
Compromisso: 10 - Ampliar o investimento em cultura consolidando e aperfeiçoando os mecanismos de financiamento com o objetivo de democratizar o acesso e contemplar diferentes expressões artístico-culturais											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): FUNCEB - 10 Diretoria Geral											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
7980 - Apoio à Realização de Evento Cultural	0508 - Evento cultural apoiado	Un	2	3	0	3,00	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
TOTAL	30.000,00										
Iniciativa(s): 0029 Apoio a iniciativas artístico-culturais											
Programa: 203 – Desenvolvimento Produtivo											
Compromisso: 6 - Promover a economia da cultura como área estratégica de desenvolvimento											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2 Diretoria de Arquivos											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)

5798 - <i>Elaboração de Projeto e Pesquisa nas Áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro</i>	0491 - Projeto/ pesquisa cultural elaborado	Un	1	5	0	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00										
Iniciativa(s): 0017 <i>Produzir conteúdo sobre a Cultura na Bahia</i>											

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2016-2019 – M&A 011.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

A Coordenação de Licitação fez realizar no exercício de 2018, 05 (cinco) licitações, primordialmente, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando atender demandas das diversas unidades desta Fundação Pedro Calmon, como pode ser observado através da Tabela 9 deste relatório.

Do valor global licitado no exercício de 2017, R\$ 2.565.532,64 (dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), configurou-se, em relação ao exercício anterior uma redução de aproximadamente 50%, que corresponde à continuidade de contratos vigentes resultado de licitações anteriores e redução do orçamento. Há que se destacar a licitação na modalidade Tomada de Preço no valor de R\$2.301.585,96 (dois milhões, trezentos e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos) resultante de um convênio federal com o IPHAN que teve como objeto a Reforma do Arquivo Público da Bahia, valor que entra no orçamento, porém não entra na execução orçamentária, pois a concessão financeira somente se efetiva após a finalização do processo licitatório aprovado pelo concedente conforme PI424/2016. Essa concessão até o fechamento desse relatório ainda não se consolidou, mesmo com a aprovação do processo licitatório pelo concedente e já iniciadas obras.

Ainda sobre a Tabela 9, podemos observar que foram realizadas 197 (cento e noventa e sete) contratações diretas, no valor total de R\$ 1.052.700,12 (um milhão, cinquenta e dois mil e setecentos reais e doze centavos). Um aumento considerado, se compararmos no exercício anterior que teve 244 (duzentos e quarenta e quatro) contratações somando um total de R\$487.870,70 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta reais e setenta centavos). Percebe-se uma redução no quantitativo de processos de contratação mas acompanhando de um salto no valor final, isso se deu basicamente com a alteração da Lei 9.433/2005 em seus limites de valor de contratação.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite	-	-	01	01	R\$74.900,00
Tomada de preços	-	-	01	01	2.301.585,96
Concorrência	-	-	-	-	-
Pregão Presencial		-	-	-	-
Pregão Eletrônico	02	-	01	01	188.866,68
Concurso	-	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-	-
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)	-	-	-	-	-
Outros ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-
Subtotal	02	-	03	05	2.565.352,64
Contratação direta					
Dispensa	92	0	82	92	423.597,80
Inexigibilidade	31	0	31	31	536.723,58

Outros ⁽⁵⁾ - PCE	74	0	74	74	92.378,74,83
Subtotal	197	0	187	197	1.052.700,12
Total	197	0	187	197	1.052.700,12

Fonte: COPEL/FPC – GERAD / DAOF /FPC

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta. . PCE- Pedido de Compra Eletrônica e RP – Registro de Preços.

TABELA 10 – Contratos no Exercício (2018)

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	9	R\$ 3.139.015,83	R\$ 772.500,96

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão	0	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores (2018)

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	23	R\$ 5.210.199,69	R\$ 4.317.719,88	R\$ 6.318.884,37

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão	0	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

QUADRO 10 – Tomadas de contas de contratos de gestão

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 14 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Recebimento (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios	2	4	1	4.130.000,00	-	4.130.000,00
Outros Ajustes ⁽⁵⁾						
Total	2	4	1	4.130.000,00	-	4.130.000,00

Fonte: SICONS / GOVERNO FEDERAL - FIPLAN / ASTEC / FPC

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

Observação: Registra-se que dois convênios celebrados no exercício da prestação de contas estão em execução, cumprindo determinações da PIN nº 424/2016 e, portanto, não ocorreu repasse por parte do concedente a serem feitos pelo Ministério da Cidadania, na ordem de R\$ 550 mil reais e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, na ordem de R\$ 3 milhões de reais, para execução dos referidos Convênios. Este último já finalizou todas as diligências emitidas pela concedente. Contrato assinado e obras em andamento. Ainda não houve a liberação dos recursos federais a serem feitos pelo Ministério da Cidadania na ordem de R\$ 480 mil do exercício de 2017.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio, mas que possuem outra denominação.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	-	-	-	-	-	-
Outros Ajustes (5)	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 11 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	

Fonte:

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termos de Fomento	-	-	-	-	-	-
Termos de Colaboração	-	-	-	-	-	-
Total						

Fonte:

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

QUADRO 12 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	-
Em andamento ⁽²⁾	-
Concluídas ⁽³⁾	-
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	-
Em andamento ⁽²⁾	-
Concluídas ⁽³⁾	-
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	-
Em andamento ⁽²⁾	-
Concluídas ⁽³⁾	-

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 13 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias	-	-	1
Processos administrativos disciplinares	-	-	-

Fonte: GABINETE/FPC

Notas:

⁽¹⁾ Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área Patrimonial

A área patrimonial da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia é responsável pelo controle patrimonial consistindo em ações que asseguram, por meio de registros e relatórios, a coleta de dados relativos à identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, desde a sua primeira inclusão no patrimônio, até a sua baixa final. Funciona como um centro de informações de bens físicos móveis, assim como de bens imóveis que estejam sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.

O Setor de Patrimônio atualiza os dados de registro e mantém sempre em dia o cadastro geral dos bens. Pelo controle, analisa-se o passado e o presente, bem como estabelecem bases para ação para o futuro. Por meio do controle, planejam-se as inspeções periódicas às unidades e fiscaliza-se toda a movimentação dos bens móveis. A eficácia do controle dos bens móveis depende, fundamentalmente, da implantação e da manutenção sistemática de registros administrativos e contábeis.

Em cumprimento à Instrução Normativa Nº. 025/2018, a Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público do Estado da Bahia – FPC, criou as Comissões de Inventário relativas aos 'Bens de Consumo', 'Bens Permanentes' e 'Bens Inservíveis' para que gerassem os relatórios conclusivos de final do exercício de 2018.

A Comissão de Inventário de Bens de Consumo, criada pela Portaria Nº. 152/2018, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 28/11/2018, demonstrou, conforme "Tabela 17", saldo final de no valor de R\$ 14.295,48 (catorze mil duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos). Constatou também em visita '*in loco*' que o quantitativo de 6.279 (seis mil duzentos e setenta e nove) materiais de acordo com o relatório do SIMPAS, de acordo com o "Quadro 13 – resumo do Relatório da Comissão de Inventário de Bens de Consumo" está em condições de uso.

No que tange a Comissão de Inventário de Bens Permanentes, criada pela Portaria Nº. 150/2018, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 28/11/2018, foram apresentados na "Tabela 17" um saldo final de R\$ 7.322.846,72 (sete milhões trezentos e vinte e dois mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos), conforme "Tabela 17". Relatou que será feita a emissão de Termos de Baixa para devolução ao almoxarifado da SAEB de 494 (quatrocentos e noventa e quatro) itens que estão inservíveis ou obsoletos indicados conforme "Quadro 11", assim após de tudo verificado, identificado, registrado e analisado, fez as seguintes sugestões:

- 1- É de responsabilidade da Fundação Pedro Calmon o registro, a manutenção e a guarda de todos os equipamentos, mobiliários e materiais permanentes que compõem o acervo de bens móveis adquiridos por compra ou por doação que ensejam a utilização de recurso financeiro do erário, que passam a integrar o seu acervo patrimonial;
- 2- É de competência da Instituição, Fundação autarquia ou Empresa Pública zelar pelo seu patrimônio, disponibilizando mecanismos para sua boa utilização, proteção, registro e guarda;
- 3- Que de acordo com CF/88, Capítulo VII, Seção I, Art. 37, § 5º aqueles agentes, servidores ou não que causem prejuízo ao erário deverão ressarcir-lo;
- 4- Cabe a FPC promover ações – campanhas internas preventivas de conscientização – que minimizem o desgaste ou dano do bem por má utilização ou por uso indevido, inclusive responsabilizando àqueles que assim procedam de forma deliberada, recorrente ou dolosa;
- 5- Que a Fundação Pedro Calmon deverá adotar medidas mais diligentes na fiscalização, controle, guarda, acompanhamento e responsabilização dos bens móveis sob sua tutela;
- 5- Da necessidade de revitalização do Setor de Patrimônio, dotando-o de pessoal e equipamentos necessários para a boa execução de suas atividades, no que diz respeito aos bens de consumo, inservíveis e móveis de usos na sua Sede e demais Unidades;
- 6- O quantitativo de pessoal designado para compor a comissão de inventário é insuficiente, considerando o total de itens que compõem o acervo patrimonial da FPC que

por ora conta com cerca de mais de 221.536 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e trinta e seis) itens, incluídos no SIAP, excetuando os adquiridos por convênios federais que estão incluídos no FLIPAN, portanto sendo premente a ampliação do quantitativo para atualização dos registros na rede.

7- A fim de contemplar as considerações acima se faz necessário a aquisição de máquinas de Rebite; furadeira; etiqueta metálica ou plástica com código de barras identificadoras e leitor óptico em quantidade e qualidade que permitam a eficiência e a eficácia do trabalho;

8- Que a Diretoria Administrativa Orçamentária e Financeira, através da sua Gerência Administrativa - GERAD, ou a quem competir, deverá acompanhar a ocorrência de movimentação/deslocamentos e/ou extravios ou mudanças de estado – servível para inservível – dos bens móveis, verificando se as mesmas estão sendo comunicadas à Subgerência de Patrimônio para as devidas alterações;

9- Enviar aos gestores de unidades, TERMO DE RESPONSABILIDADE, para que estes gestores atualizem o nome do ou dos funcionários que serão responsáveis pelo acompanhamento do inventário patrimonial dos bens sob sua guarda;

10- Ressalta-se que um dos fatores que dificultam à execução do inventário, a priori, a falta do responsável que efetivamente responda pelos bens, tendo em vista que não existe nas Unidades, bem como em seus Setores, o termo de Responsabilidade Patrimonial;

Apesar, do Setor de Patrimônio atuar de forma proativa, a Comissão de inventário reitera que a FPC adote como rotina do Setor de Patrimônio a realização de inventário em dois períodos. No primeiro semestre em maio, com conclusão e atualização no SIAP em junho e no segundo semestre, no mês de outubro, com atualização no Sistema em novembro. Desta forma, quando solicitado pela SAEB ou Tribunal de Contas, os relatórios estarão devidamente atualizados;

Adoção de procedimentos mais eficientes para o registro de saída e entrada de bens públicos e de particulares nas dependências da FPC;

Publicação no Diário oficial do Estado com a designação dos servidores responsáveis pelo Patrimônio de cada unidade, bem como seus respectivos suplentes;

Na oportunidade, verificamos que algumas ações foram adotadas no intuito de favorecer a execução do inventário como a expedição da Circular-GAB 069/16;

Ressaltamos que os bens encaminhados aos Terreiros de Candomblé, Bibliotecas Municipais e aos Agentes de Leitura deverão, logo que possível, ser baixados do sistema SIAP de forma a aproximar ao máximo do quantitativo real o valor ativo - fixo e tangível da FPC.

De acordo com a "Tabela 15" as informações relativas à movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário são restritas ao Setor de Patrimônio da SAEB.

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	16.935,85	61.106,44	63.746,81	14.295,48
Bens permanentes	7.412.114,35	357.616,39	446.884,02	7.322.846,72
Total	7.429.050,20	418.722,83	510.630,83	7.337.142,20

Fonte: SIMPAS/SIAP

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno	-	-	-	-	-	-	-
Fazenda	-	-	-	-	-	-	-
Edificação	-	-	-	-	-	-	-
Barragem	-	-	-	-	-	-	-
Adutora	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

NÃO OCORRÊNCIA

Fonte: GERAD / DAOF / FPC

QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Bens em condição de uso	6.279	Das recomendações citadas no relatório de 2017, ainda persiste: . Climatização do ambiente para conservação e prevenção contra possíveis incêndios no estoque; . Revisão de instalação elétrica ou remoção das lâmpadas para prevenção de um possível incêndio por curto circuito; . Instalação de extintores de incêndio, classes A,B e C no setor. .Recomendações acrescentadas: . Higienização constante para melhor manutenção do material de estoque; .Maior quantidade de pallet para evitar o contato de mercadorias diretor com o piso e melhor conservação do material no estoque.

Fonte: GERAD/FPC -

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário**QUADRO 15** – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Bens inservíveis ou obsoletos	494	Dar baixa no SIAP, e remetê-los ao almoxarifado da SAEB.

Fonte: Relatório da Comissão de Bens Inservíveis, conforme Portaria 150/2018.

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL

5.1 Análise da gestão de pessoal

Após análise da gestão pessoal, o custo da folha do pagamento teve uma média de 1,87 constantes na tabela 21. Informo que no período de janeiro a dezembro/2018 não tivemos nenhum servidor aposentado. No que se refere à acumulação indevida de cargo não feito nenhum tipo de controle por esta coordenação, em virtude do de ser executado e controlando pelo próprio sistema SIRH/SAEB.

Referente à entrega da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), informo a até presente data não recebi o arquivo de processamento, gerado pelo órgão competente SAEB.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2017	2018
Servidores da UJ		
Efetivos	22	21
Celetistas		
À disposição de outros órgãos	03	02
Subtotal		
Outros		
REDA	59	69
De outros órgãos à disposição da UJ	31	27
Subtotal		
Total	115	119

Fonte:

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2017	2018
Com vínculo	9	5
Sem vínculo	133	137
Total	142	142

Fonte:

TABELA 21 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2017	2018	
Servidores	6.422.788,31	6.190.430,31	1,04
REDA	1.124.410,46	1.348.502,86	0,83
Total	7.547.198,77	7.538.993,17	1,87

Fonte:

QUADRO 16 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	
Cargo comissionado	11
REDA	39
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	
Cargo comissionado	12
REDA	7
Disponibilização	
De outros órgãos	
Para outros órgãos	
Aposentadoria	0

6 CONTROLE INTERNO

A Fundação Pedro Calmon no exercício de 2018 por meio da Coordenação de cControle Interno, que é formada por um servidor e um substituto que apenas atua em período de férias e eventuais ausências, realizou seu trabalho conforme Orientações Técnicas da AGE e o que dispõe a Portaria nº 412 de 21 de novembro de 2006, combinado com o disposto no Decreto nº 16.059, de 30 de abril de 2015.

A Coordenação procedeu a inspeção prevista no Plano de Ação de 2018 que compunha a revisitação e inspeção em todos os processo terceirizados da gestão 2015-2018, analisando desde os processos licitatórios, contratos e processos de pagamentos. Essa análise foi um solicitação direta da gestão percebido a fragilidade e seus problemas nos processos que envolvem esse tipo de serviço.

Concomitante ao Plano de Ação 2018, a AGE realizou conjuntamente com as CCI's, inspeção nos setores de licitações e contratos, resultando em dados valiosos para constatação e mitigação de riscos.

No cumprimento do Plano de Ação para mitigação de riscos na área de contratos, foi realizado em conjunto com a DAOF a renovação dos gestores e fiscais de contratos, estabelecendo variante de pessoas e quantitativo de contratos a ser fiscalizados e gerido bem como a capacitação sistêmica dos gestores por meio de consultas diretas às Gerência Administrativa e Coordenação de Contratos – CCA sob o acompanhamento direto da CCI. Para otimizar a capacitação ainda foi ministrada oficina por técnico da SAEB no fim do exercício.

Ademais destas análises, em concomitância com as análises dos processos de execução financeira da Fundação Pedro Calmon, a Coordenação de Controle Interno estabeleceu uma parceria direta com a Diretoria Administrativa, Orçamentária e Financeira com suas Gerência Financeira e Gerência Administrativa da Diretoria, juntamente com Procuradoria e a Diretoria Geral para estarem em consonância dos procedimentos determinados pela SAEB para execução de processos, sejam eles com despesas financeiras diretas ou apenas execuções de atividades concernentes à sua missão, tudo isso sob a égide da Assessoria Técnica Chefe.

Ainda sobre o Plano de Ação de 2018, a CCI da FPC ainda está em fase de consolidação o relatório de inspeção para envio à AGE e elaboração de Plano de Ação para mitigação de riscos de 2019 e Plano de Ação para trabalhos de 2019.

QUADRO 17 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
COPEL	1 - Processos licitatório de serviços terceirizados 2015 a 2018 – OT AGE 04/2017 e 03/2016. 2 – Avaliação dos Controles Internos na Gestão de Licitações OT AGE 07/2017.
CCA	1 – Contratos de serviços terceirizados 2015 a 2018. OT AGE 02/2016. 2 - Avaliação dos Controles Internos na Gestão de Contratos OT AGE 05/2017 (revisão)Paralisação dos serviços prestados por terceirizados por falta de pagamento.
GEFIN	1 – Processos de pagamentos de contratos terceirizados.

Fonte: Controle Interno / FPC

7 CONTROLE EXTERNO

O Tribunal de Contas da Bahia, através da Sexta Coordenadoria de Controle Externo é o responsável pelo exame das contas consolidadas da FPC, cujo objetivo é fundamentar opinião sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, os controles internos existentes, as disposições legais pertinentes e a fidedignidade das informações apresentadas no processo de prestação de contas.

No ano de 2018 houve Auditoria Operacional do TCE na Fundação Pedro Calmon, estando ainda em processamento, sendo a última ação a Notificação 019/2019 que informa da publicação do Relatório de Auditoria e Matriz de Achados. A gestão solicitou prorrogação para resposta que foi atendida e está em processo de construção da resposta. Segue ainda em processo atual de Auditoria DE Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2018 iniciada em janeiro de 2019 por meio da Ordem de Serviço N SGA-008/2019

Ademais a gestão continua atendendo as recomendações postas PROCESSO Nº TCE/010274/2015, acompanhada da NOTIFICAÇÃO Nº002310/2015, face aos achados de auditoria do exercício financeiro correspondente ao período de janeiro a junho de 2015.

QUADRO 18 – Determinações/recomendações do TCE/BA

Determinações/recomendações (1)	Ações adotadas	Justificativa (2)
Processo TCE n.º 010274/2015		
Pagamentos efetuados com atraso;	Na eventual hipótese de incorrência em tais irregularidades, sanções legais previstas em Lei serão aplicadas, sob a pena de rescisão contratual;	Descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada, bem como atraso na liberação de orçamento e concessão financeira efetuada pela SEFAZ;
Irregularidades no Procedimento de Fiscalização do Contrato nº. 002/2014;	Atualização do quadro de gestores e fiscais de todos os contratos vigentes. Portaria	
Pagamentos de despesas com serviços contínuos, de Consumo e de Pessoal através de DEA;	Cobrar liberação tempestiva de orçamento e concessão financeira por parte da SEFAZ;	Insuficiência de saldo orçamentário e/ou falta de Concessão Financeira para empenho, incorrendo de forma simultânea ou alternadamente;
Execução de Contrato sem a exigência da Garantia Inicial;	Cumprimento ao disposto no art. 136, da Lei Estadual nº. 9.433/05, assim como em observância a recomendação do TCE, foram apresentadas cópias das garantias das empresas Avant Ltda. e Ulyfron Ltda.;	Comprovantes equivocadamente fora da pasta de controle.
Escassez no quadro de Pessoal do APEB;	Intensificar ainda mais os esforços para atender as carências do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB, junto à SAEB, mediante aprovação de concurso público;	Fundação solicita constantemente concurso para provimento de vagas. Participa periodicamente de processos seletivos de REDA's para suprir deficiências de pessoal.
Problemas de Infiltração/umidade no	Convênio celebrado, licitado e obra em andamento no Arquivo Público.	Obra em andamento

prédio sede do Arquivo Público da Bahia;		
Depósitos com suas capacidades de ocupação máxima;	Convênio celebrado, licitado e obra em andamento no Arquivo Público.	Obra em andamento
Adequação do Controle de Temperatura e Umidade dos Depósitos;	Convênio celebrado, licitado e obra em andamento no Arquivo Público.	Obra em andamento
Falta de instalação do Sistema de Prevenção e Detecção de Incêndio;	Instalação de 58(cinquenta e oito) extintores distribuídos pelos diversos Setores que integram o APEB; Abertura de processo para aquisição de mais 09 (nove) extintores de água pressurizada, 10 litros;	Aguardando processo de liberação de recursos para doação de medidas. Recurso em bloqueio por processo judicial junto ao BNDES e banco Bradesco.
Conduta indiligência/omissa da Administração Pública Estadual ante o risco de prejuízo ou perda da Memória do Estado por falta de investimentos no APEB e na conservação de seu acervo.	Convênio celebrado, licitado e obra em andamento no Arquivo Público.	Não houve perda da memória registrada em documentos, no âmbito do acervo custodiado pelo APEB. Firmado convênio com o IPHAN para reforma do APEB para minimizar os riscos.

QUADRO 19 – Recomendações dos demais órgãos de controle

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
-	-	-	-
-	-	-	-
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
-	-	-	-
-	-	-	-
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
-	-	-	-
-	-	-	-
Outros trabalhos de auditoria			
-	-	-	-
-	-	-	-

NÃO OCORRÊNCIA

Fonte: Controle Interno / FPC

Salvador, 26 de fevereiro de 2019.